



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB**  
**FACULDADE UnB PLANALTINA - FUP**  
**GRADUAÇÃO EM GESTÃO DO**  
**AGRONEGÓCIO**  
**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM AGRONEGÓCIO**

**FLÁVIO HENRIQUE MENEZES DA SILVA**

***RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO:***  
***Núcleos de Estudo em Agroecologia como estratégia do PLANAPO I (2013-2015) - Plano***  
***Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.***

***PLANALTINA-DF 2018***

FLÁVIO HENRIQUE MENEZES DA SILVA

**Núcleos de Estudo em Agroecologia como estratégia do PLANAPO I (2013-2015) - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.**

Relatório Final de Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Gestão do Agronegócio da Faculdade UnB Planaltina para obtenção do diploma de graduação, sob orientação do professor Dr. Mário Lúcio de Ávila.

PLANALTINA-DF

2018

## DEDICATÓRIA

Cada ciclo que se fecha é uma oportunidade que a vida nos dá de analisar os ganhos e perdas vivenciados na etapa contemplada.

Ao completar mais essa etapa no meu crescimento, quero agradecer a Deus, que me permitiu viver e chegar até aqui, concluindo com sucesso essa jornada dentro da Universidade de Brasília.

Neste momento, acho importante externar o sentimento de gratidão que tenho por cada pessoa envolvida nesse processo, me sinto alguém muito privilegiado por poder estar concluindo com este trabalho os esforços distribuídos por cinco anos de dedicação ao Curso de Gestão do Agronegócio e, a partir de então estar apto a exercer essa profissão.

Em especial, quero agradecer ao meu núcleo familiar (pai, mãe e irmã), vocês são a base e suporte da minha formação e quem esteve sempre presente nos momentos mais complicados. Aproveito esse espaço para agradecer também aos demais familiares (tios, tias, primos, primas, sobrinhos, cunhado, enfim todos), vocês são parte importantíssima da minha vida. Sou grato por ser parte da família que Deus me concedeu.

Agradeço também aos profissionais envolvidos nessa formação. Professores, servidores e funcionários terceirizados da UnB. Entendo que todos são partes essenciais para o funcionamento da Universidade e para o processo de formação do conhecimento. Não tenho palavras para descrever o tamanho da gratidão que tenho por vivenciar todos esses anos dentro dessa Instituição de excelência na formação de cidadãos com senso crítico e potencial de contribuição social. Obviamente, existem pontos de necessidade de melhora, mas quero deixar claro que tenho em mim um sentimento de muita gratidão à Universidade de Brasília pelos grandes aprendizados que tive aqui durante a Graduação.

Minha gratidão também aos meus colegas de curso, que certamente colaboraram grandemente para que hoje eu pudesse chegar até aqui. Mesmo aqueles que simplesmente estiveram juntos nas aulas, dividiram o mesmo espaço, pegaram disciplinas no mesmo horário, porém não chegaram a ser amizades mais intensas. Porém, durante essa caminhada tive o privilégio de conhecer pessoas que simplesmente passaram da UnB para a vida. Dou graças a Deus que não são poucos e não acho justo citar apenas alguns nessas poucas linhas aqui. Aqueles que são sabem!!!

Como costumo dizer, sou abençoado demais para reclamar. Finalizo mais esse ciclo com este grande sentimento de gratidão e esperança de estar caminhando para outros desafios e com a certeza de estar mais preparado para seguir vencendo, sempre com aquela humildade de quem sabe onde quer chegar. Muito obrigado!!!

**“O seu sucesso na vida é limitado apenas pela sua imaginação e pela sua determinação em trabalhar realmente com vontade”. Mark Hughes**

## RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a formação e implementação dos Núcleos de Estudo em Agroecologia, no âmbito do PLANAPO, a fim de identificar as estratégias utilizadas, os desafios e os avanços deste instrumento como política pública. Relacionada ao Eixo III, que envolve o Conhecimento, a ação estudada está inserida na meta 12 do PLANAPO, e tem por objetivo principal contribuir para o fortalecimento e ampliação dos processos de construção e socialização de experiências no campo da Agroecologia por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas em Núcleos de Estudo em Agroecologia. Com o objetivo de tornar mais palpáveis os avanços, apontaremos neste trabalho, os resultados alcançados pelo Plano (considerando a iniciativa selecionada), separados por Regiões (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste). Os Núcleos possuem função estratégica no processo de consolidação do conhecimento na Agroecologia e da produção orgânica, atuando na articulação dos diferentes atores que o constituem. Diante do exposto, torna-se essencial um planejamento que proporcione investimentos contínuos, de forma a gerar resultados sistêmicos e de longo alcance de acordo com as necessidades de cada região.

**Palavras-chave:** Agroecologia, Educação em Agroecologia, Construção de Conhecimento, Desenvolvimento Rural Sustentável.

## **ABSTRACT**

This article aims to analyze the formation and implementation of the Study Centers in Agroecology under the PLANAPO in order to identify the strategies used, the challenges and advancements of this instrument as a public policy. Related to Axis III, which involves knowledge, the action studied is within the target 12 of PLANAPO, and its main objective is to contribute to the strengthening and expansion of construction processes and socialization experiences in the field of Agroecology through educational actions, research and extension developed at the Study Centers in Agroecology. In order to make more tangible the progress, we will point out in this work, the results achieved by the Plan (considering the selected initiative), separated by regions (North, Northeast, South, Southeast and Midwest). The Study Centers have strategic role in the knowledge of the consolidation process in agroecology and organic production, working in the articulation of different actors that constitute it. Given the above, it is essential to plan that provides continuous investments in order to generate systemic results and long-range in order to attempt the needs of each region.

**Keywords:** Agroecology, Agroecology Education, Knowledge Building, Sustainable Rural Development.

## Sumário

1	INTRODUÇÃO .....	10
2	OBJETIVOS DA PESQUISA .....	11
3	REFERENCIAL TEÓRICO .....	11
3.1	Histórico .....	11
4	MÉTODO .....	14
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	14
6	CONCLUSÕES .....	18
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	19

## 1 INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO I (2013-2015), que é o principal instrumento de execução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO (instituída por meio do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012), foi lançado no ano de 2013 e suas ações estão fundamentadas em quatro grandes eixos de atuação ligados à: produção, ao uso de recursos naturais, conhecimento e à comercialização e consumo de produtos orgânicos e agroecológicos (Brasil, 2013).

À instituição da PNAPO e lançamento do PLANAPO estão atrelados a uma tendência observada nos últimos anos no Brasil, envolvendo políticas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. Esta tendência foi promovida, em grande medida, pela orientação do governo brasileiro em atender a pauta de movimentos sociais ligados ao campo, bem como pela participação de representantes destes movimentos na formação e implementação da ação pública por meio de conferências e/ou outros espaços de participação (CARDOSO JR, 2009).

Relacionada ao Eixo III, que envolve o Conhecimento, a ação estudada está inserida na meta 12 do PLANAPO, e tem por objetivo principal contribuir para o fortalecimento e ampliação dos processos de construção e socialização de experiências no campo da Agroecologia por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas em Núcleos de Estudo em Agroecologia.

Como instrumento de uma política pública, consistiu em promover a institucionalização destes Núcleos, tanto em Instituições de Ensino Superior (IES) quanto em Institutos Federais de Ensino Técnico e Tecnológico (IFET).

Os Núcleos apoiados, seguindo as diretrizes da PNAPO, devem atuar na complexidade da Agroecologia para a educação. Para isto, do ponto de vista metodológico, as estratégias dessa iniciativa deveriam buscar a geração de conhecimentos, com apoio às famílias de agricultores no que tange à transição agroecológica, no processo de segurança e soberania alimentar e na conversão para a produção orgânica (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, o presente trabalho traz uma análise da formação e implementação destes Núcleos no âmbito do PLANAPO, a fim de identificar as

estratégias utilizadas, os desafios e os avanços deste instrumento como política pública.

## **2 OBJETIVOS DA PESQUISA**

O principal objetivo deste trabalho é fazer uma análise dos Núcleos de Estudo em Agroecologia como estratégia do PLANAPO I (2013-2015). No âmbito desses estudos, serão analisadas a estruturação da aplicação da citada estratégia, avaliando sua aplicação em relação aos seus objetivos e público alvo e, também, os resultados de sua primeira fase de implantação (2013/2015).

Deveria também, promover reflexões e debates dentro das instituições acerca de novas ferramentas que incentivam a construção do conhecimento, revitalizando a importância da extensão dentro das instituições de ensino (Institutos Federais e Universidades) e da extensão rural.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **3.1 Histórico**

A visão agroecológica no Brasil origina-se no contexto do debate sobre agriculturas alternativas que passa a ter destaque a partir de meados dos anos 1980. Alguns autores questionam o movimento em defesa da agricultura alternativa, afirmando que foi a partir de iniciativas pioneiras de agricultores e técnicos engajados que começaram a ser implementadas experiências concretas de implantação do conceito agroecológico. Nasceu, a partir daí a luta contra os agrotóxicos, que resultaria, ainda em meados dos anos 1980 na aprovação da lei de agrotóxicos. Uma característica marcante da Agroecologia no Brasil é seu vínculo com a defesa da agricultura familiar camponesa como base social de estilos sustentáveis de desenvolvimento rural. Nesse sentido, o movimento agroecológico brasileiro destaca-se como um campo social e científico de disputa na sociedade, em defesa de mudanças estruturais no campo, aliando-se aos históricos movimentos camponeses e da agricultura familiar (Caporal e Petersen, 2012).

Cristóvam (2005) informa que “As políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à

intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição.” Isso indica o tamanho da importância da ação do Estado na assertividade e eficácia dos investimentos em projetos agroecológicos.

Uma das iniciativas de políticas públicas, em nível federal, com inovação no campo da Agroecologia e que se destacaram a partir de 2003 foi a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. É nela que a palavra Agroecologia aparece pela primeira vez em uma política pública nacional como orientação para a ação dos extensionistas brasileiros. No campo desta política foram implantadas diversas ações, dentre as quais pode-se destacar a realização pelo DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA, de um amplo plano de formação de Agentes de Ater, com abrangência nacional. De 2004 a 2010, foram capacitados mais de 16 mil extensionistas através de diferentes eventos de média e curta duração, todos eles com um enfoque agroecológico (Caporal e Petersen, 2012).

### **3.2 Planapo**

O PLANAPO foi lançado em outubro de 2013 pela Presidência da República do Brasil e de acordo com o governo o plano é um instrumento para a consolidação de políticas públicas que estimulem e auxiliem a construção de condições de permanência dos jovens no meio rural e a participação da mulher como ator determinante, incentivados por matrizes de produção diferenciadas, voltadas para a agroecologia e a produção orgânica. A fim de alcançar esses objetivos foram propostos os seguintes eixos: Eixo 1: Produção; Eixo 2: Uso e conservação de recursos naturais; Eixo 3: Conhecimento; Eixo 4: Comercialização e consumo. De acordo com o PLANAPO os ministérios de governo estarão envolvidos tanto em ações específicas, como em ações integradas com outros ministérios e ou diferentes instituições no âmbito de governo, promovendo assim uma intersectorialidade.

Em 2013, num esforço conjunto que incluiu vários ministérios com o intuito de apoiar atividades de pesquisa, educação e extensão voltadas para a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção, foi lançada a Chamada número 81/2013 (MCTI/Mapa/MDA/MEC/MPA15/CNPq), que além de permitir a articulação ministerial, permitiu ainda que

iniciativas de apoio à agroecologia fossem incorporadas por outros ministérios, como MEC, MCTI e MPA.

As relações entre ensino, pesquisa e extensão possibilitam ainda múltiplas oportunidades de articulação entre as instituições científico-acadêmicas e a sociedade. As comunidades e seus territórios deixam de ser meros receptáculos de conhecimentos produzidos ex-situ e passam a fazer parte do processo de geração do conhecimento científico (Freire, 1980; Política Nacional de Extensão Universitária, 2013).

A partir dessa relação é possível construir uma fomentação de apoio e pesquisa e com a atuação de vários atores que são essenciais para criação de programas como o planapo, faz com que temas de extrema importância tenha seus respectivos planos trabalhados. Esses atores sejam em esferas governamentais, de pesquisas e/ou de extensão e social ajuda o produtor e o sistema agroecológico de uma tal forma que o agricultor familiar tenha uma garantia no que deve e como fazer tal produção.

### **3.3 Agrotóxico e Produtos Fitossanitários**

Esta pauta é uns dos itens presentes no plano, visto que os produtores ainda lutam para conseguir um alcance viável em relação aos alimentos que possam tenham qualidade em termos fitossanitários e produtos que sejam orgânicos e com isso a base da agroecologia tem sido um fator limitante para o sistema. Uma ação importante que ocorreu no Planapo 2013 – 2015, que previa criação de um programa nacional para a redução do agrotóxico. Processo de interação da sociedade conjuntamente com o governo fez com que em novembro de 2014 a proposta fosse finalizada sobre o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxico (Pronara), que não chegou a ser lançado no primeiro momento do plano.

Esta situação acarretou que o Planapo 2016-2019, ficou com a missão de conseguir avanços nesta área na parte de formalização e a execução do programa que irá representar um grande passo em relação à articulação setorial para enfrentar os problemas relacionados aos entraves fitossanitários, ambientais e também social que provém do uso intenso de agrotóxicos.

É importante ressaltar que a mudança do quadro geral é preciso ter investimento em pesquisa e tecnologia, técnicas no qual o produtor possa desenvolver sem prejudicar o meio ambiente, ajustar os meios legais, ter o apoio de registrar os

alimentos fitossanitários que possuam baixo impacto e um fortalecimento da distribuição destes alimentos.

#### **4 MÉTODO**

Em um primeiro momento, foi realizada pesquisa exploratória, para aprofundamento no contexto teórico-histórico, sucedida de pesquisa documental e participação em encontros de coordenadores dos Núcleos de Estudos em Agroecologia, juntamente com os agentes públicos gestores da ação.

A participação no evento contribuiu para a obtenção de dados regionais referentes aos Núcleos que é exposto neste trabalho. A técnica de análise utilizada foi análise de conteúdo, com a finalidade de compreender o processo de formação e implementação da iniciativa, bem como os interesses e ideias relacionadas.

#### **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A política estudada está inserida na iniciativa 5 da meta 12, e foi viabilizada por meio do Editais de Chamada Pública, com os seguintes objetivos: promover a estruturação e consolidação de centros de referência para a pesquisa, ensino e extensão em agroecologia e produção orgânica; também a formação de redes de intercâmbio e comunicação envolvendo os Núcleos, Centros Vocacionais, apoiadores e parceiros da iniciativa e projetos apoiados; além da integração das demais iniciativas do PLANAPO.

Assim, estão sendo apoiados 115 projetos nas cinco regiões do Brasil. Destes, 44 são desenvolvidos em instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e 71 em Universidades Públicas e Privadas sem fins lucrativos. Com este quantitativo, 88% da meta estabelecida no PLANAPO foi alcançada, com aporte de cerca de 25 milhões de reais em recursos.

Com o objetivo de tornar mais palpáveis os avanços, apontaremos neste trabalho, os resultados alcançados pelo Plano (considerando a iniciativa selecionada), separados por Regiões (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste).

Na Região Norte, foram impulsionados 41 projetos, em seis Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins). No que diz respeito aos estudantes

da Região, foram envolvidos 238, que produziram livros, artigos, cartilhas, folders, banners, além de resumos científicos. Foram contemplados os seguintes grupos sociais: Quilombos, Assentamentos de Reforma Agrária, Atingidos por barragens, Unidades de Conservação e Comunidades de Agricultura Familiar. Os grupos de trabalho registrados no CNPq foram: Grupo de Estudos e Pesca e Aquicultura, NUPA Norte4, Núcleo de estudo em pesca e aquicultura agroecológica, Sustentabilidade na produção agrícola e nos recursos naturais, Agroecologia e desenvolvimento rural, Núcleo de pesquisa e extensão em ambiente e agroecologia.

Na Região Nordeste, foram impulsionados 23 projetos, em nove Estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). Dentre os avanços e aprendizados observados na Região, pode-se destacar os seguintes: Articulação das organizações, Núcleos e Redes para ações conjuntas; Visibilidade e reconhecimento dos estudantes bolsistas; Envolvimento de estudantes e agricultores no processo de pesquisa em agroecologia e produção orgânica; Aproximação entre as IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) e as comunidades. Com relação aos desafios apontados, destacam-se: Metodologias participativas que centram nas tecnologias e não nas famílias; Pouca formação para ações com as mulheres; Garantir a transversalidade da agroecologia nos diversos cursos e áreas afins; Participação do CNPq no acompanhamento dos editais; Tirar agroecologia fundo setorial do agronegócio –MCTI; Criar indicadores (para acompanhamento e avaliação dos projetos) que correspondam a realidade dos agroecossistemas e das populações; Financiamento e permanência dos projetos (continuidade da política de formação e fortalecimento).

Na Região Sul, foram impulsionados 24 projetos, nos três Estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Os investimentos foram distribuídos em linhas prioritárias de atuação, quais sejam: Ensino, pesquisa e extensão. Os públicos beneficiados foram: Agricultores, aquicultores, agentes ATER, estudantes nível básico, fundamental, médio, tecnológico e superior, professores, consumidores comunidade em geral. Dentre os desafios e dificuldades enfrentadas foram citados: pressão da agroindústria, sistemas tradicionais, prevalece alta escala, alto consumo, academicismo universitário, desistência de bolsistas pela falta das bolsas e a baixa disponibilidade acadêmicos de graduação. Dentre as sugestões apontadas para melhoramento, pode-se citar: Continuidade das políticas públicas, melhorar os canais de comunicação com CNPq e responsáveis, favorecer a oficialização dos núcleos

dentro das Instituições, aumentar o tempo de execução dos projetos, desenvolver estratégias para dificultar acesso de grupos “oportunistas”, criando, por exemplo, uma Comissão de Agroecologia no CNPq.

Na Região Sudeste, foram impulsionados 17 projetos, nos quatro Estados (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Dentre as conquistas alcançadas foram destacadas: Dinamização, ampliação da formação em agroecologia nas Universidades, Institutos Federais, Centros de Pesquisa Estaduais e Federais (tais como EMBRAPA, PESAGRO, EPAMIG, etc), nas Instituições de ATER (CATI, EMATER), e em diversas ONG`s; Formação de redes de agroecologia, tais como, articulações estaduais, em destaque a realização de caravanas agroecológicas, com troca de experiências, e ampliação do conhecimento agroecológico, entre pesquisadores, estudantes, agricultores/as, docentes, extensionistas, e a sociedade civil em geral; estruturação de uma rede de alta capilaridade, com núcleos inseridos em todos os espaços produtivos da agricultura familiar em todo o território nacional, e em diversos biomas produtivos; Apoio ao acesso a políticas públicas, tais como PNAE, PAA, Políticas de ATER's, PLANAPO, PET, PROEXT, certificação participativa, etc., além de uma maior aproximação entre as universidades e institutos federais, com segmentos da sociedade civil historicamente excluídas. Dentre os desafios detectados e propostas de melhoria, destaca-se: Desenvolvimento de cursos a distância pela plataforma Moodle; evitar a sobrecarga dos coordenadores, principalmente na demanda de atividades burocráticas; ampliação do diálogo e a participação das parcerias com as diversas instituições envolvidas; envolvimento da juventude do campo; ampliar o número de projetos e o volume de recursos a serem disponibilizados para estes; Ampliar os canais de comunicação e marketing dos projetos em agroecologia no Brasil, com apoio através de editais e/ou da mídia governamental em geral.

Na Região Centro-Oeste foram impulsionados dez projetos, nos três Estados (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e no Distrito Federal. Dentre os desafios apresentados, destacam-se os seguintes: Inserção da Agroecologia e Produção Orgânica como área temática na base do CNPq/CAPES; Continuidade e ampliação de apoio à Agroecologia; Valorização dos bolsistas/profissionais/técnicos graduados

envolvidos; Institucionalização dos Núcleos e CVTs; além do fortalecimento das redes de Agroecologia. Com relação às estratégias relacionadas para o alcance dos resultados, foram citadas: Diálogos interministeriais com o CNPq; estimular e ampliar diálogos institucionais; compatibilizar valores das bolsas dos projetos com as categorias profissionais; fomentar a realização de encontros agroecológicos periódicos; Editais para novos Núcleos em unidades/campus/áreas do conhecimento não contempladas; além da ampliação de recursos, em especial para a realização de pesquisas.

De 2010 a 2016, foram oito chamadas públicas e um montante de R\$ 62.612.000,00, o que não é muito, tendo em vista a necessidade de apoio à agroecologia, como estratégia de desenvolvimento sustentável, mas já é um começo. Até então, 282 projetos foram apoiados e há previsão de apoio para mais 91 projetos (uma chamada ainda está aberta). A estimativa é que existem no Brasil aproximadamente 130 núcleos de agroecologia, sem considerar a Chamada número 21/2017, que apoiará núcleos novos. Segundo a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica, os Núcleos de Estudo, articularam cerca de 61 mil pessoas, nas cinco regiões brasileiras, a partir de projetos aprovados por cada chamada nas diferentes regiões do País.

## 6 CONCLUSÕES

Os Núcleos possuem função estratégica no processo de consolidação do conhecimento na Agroecologia e da produção orgânica, atuando na articulação dos diferentes atores que o constituem. Contam com o envolvimento de docentes, estudantes dos níveis de ensino técnico-profissional e superior, bem como de diversas comunidades e agentes de assistência técnica e extensão rural, o que favorece à abrangência das suas ações, pela sua inserção e capilaridade dentro de cada realidade.

Vale salientar que a utilização das instituições acadêmicas como instrumento pode ter sido influenciada, como apontam diversos autores, por um movimento específico do âmbito acadêmico, que com sua produção acadêmica sobre o rural, iniciada na década de 90.

É essencial um planejamento que proporcione investimentos contínuos, de forma a gerar resultados sistêmicos e de longo alcance de acordo com as necessidades de cada região.

No Brasil pratica-se uma das melhores políticas de apoio à agroecologia, no entanto, a inexistência de ferramentas para o monitoramento da implementação enfraquece o conhecimento no que tange à execução das mesmas. As políticas governamentais são fundamentais para que haja a expansão dessa atividade, especialmente no que se refere a unidades familiares de produção, que garante boa parte dos alimentos ofertados no nosso consumo rotineiro, mas que não atendem plenamente aos anseios dos agricultores, interessados na conversão para sistemas agroecológicos de produção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO 2013-2015**. MDS; CIAPO, Brasília, DF, 2013.
- BRASIL. **Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF, 2012.
- CAPORAL, Roberto C., PETERSEN, Paulo. 2012. **Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: O Caso do Brasil**. Recife, PE, 2012
- CARDOSO JR, J. C. C. "**Brasil em desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas**." Volume 3, Ipea, Brasília, DF, 2009.
- CRISTÓVAM, JS da S. 2005. **Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional**. 2005.
- SAMBUICHI, Regina H.R. "**A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil : uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**". Ipea, Brasília, DF, 2017.

<http://www.agroecologia.org.br/files/2016/06/Planapo-2016-2019.pdf>

## COLABORADORES

Ericka Carneiro Leão de Oliveira – Mestranda, Bolsista CAPES, aluna do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Faculdade Planaltina, Universidade de Brasília-UnB.